

Publicado desde 1921

Propriedade da Empresa Folha da Manhã S.A.

Diretor da Redação: Otávio Frias Filho

Conselho Editorial: Boris Casoy, Luiz Alberto Bahia, Rogério César de Carqueira Leite, Osvaldo Peralva, Marcelo Coelho, Roberto Macedo, Carlos Alberto Longo e Otávio Frias Filho (secretário)

Constituinte ameaçada

Uma grave ofensiva política se articula contra o Congresso constituinte. São crescentes as manifestações tendendo a contestar-lhe a legitimidade. Fundamentadas numa crítica correta a muitos dos dispositivos que vêm sendo aprovados na Comissão de Sistematização, desqualificam as atividades parlamentares, investem numa aventura institucional e fomentam a turbulência política.

O consultor-geral da República, Saulo Ramos, já declara abertamente seu interesse na nomeação de um grupo de juristas que elaborasse um projeto alternativo de texto constitucional. Por irresponsabilidade ou espírito de provocação, prognostica um impasse nas votações do plenário, contesta o poder soberano do Congresso constituinte e advoga uma virtual ruptura no processo de elaboração do novo texto.

Paralelamente, o ex-ministro Armando Falcão, alguns oficiais da reserva e outros representantes da extrema-direita, reunidos na semana passada no Clube da Aeronáutica, agitam o espectro da intervenção militar e encontram, nos equívocos dos constituintes, um turvo pretexto para o retrocesso. O ex-presidente Figueiredo sente-se à vontade para divulgar lições de civismo e democracia. Em torno de muitas considerações oportunas a respeito dos erros econômicos aprovados pelos constituintes, organiza-se uma tendência de opinião inclinada a substituí-los por uma desastrosa aventura política.

Não se deve ignorar que, assim como o pensamento autoritário utiliza a insensatez da Comissão de Sistematização como argumento para a própria violência, a ameaça da direita vem sendo instrumentalizada em função dos interesses do Planalto e do PMDB. Passa também a constituir pretexto para que a tradicional partilha fisiológica de cargos receba as tintas nobilitadoras de um acordo "em favor da transição". Tem sido esta a tônica dos pronunciamentos de Ulysses Guimarães, para justificar uma adesão oportunista aos propósitos do governo. Também o presidente Sarney utiliza indiretamente o argumento. Seu interesse em prolongar o tempo de mandato e em manter-se a salvo do parlamentarismo ganha relevância num clima de inquietação política, diante da qual o fortalecimento do Executivo, contra as organizações partidárias e o próprio Congresso constituinte, seria apresentado como a única salvação.

Se não há fundamento nas previsões de uma intervenção militar, hipótese longínqua num quadro de democratização consensual e firme de toda a sociedade brasileira, são, entretanto, palpáveis os mecanismos que conduzem a uma inquietante perturbação do processo constituinte. Não se pode admitir que, pela incompetência parlamentar, pelo desespero governamental, pelo fisiologismo dos partidos, pela demagogia e imprevidência de alguns setores de esquerda, intensifique-se o esforço para desordenar todo o ambiente político.

Chega-se a um ponto em que a contestação institucional à autonomia

do Congresso parece fazer uso da tática do "quanto pior, melhor"; maiores os absurdos aprovados, maiores as pressões por suspender a normalidade do processo decisório; mais demoradas e extensas as discussões, mais aguda a reivindicação por um pacote salvacionista do Executivo; mais polêmicas e detalhistas as disposições do novo projeto, maior o interesse em interromper o debate constitucional.

Tornam-se extremas, assim, as responsabilidades do Congresso. Não pode dar margem a nenhum golpe de mão destinado a subtrair-lhe a autonomia. É soberano para decidir por si mesmo, longe das pressões continuístas do Planalto e das veleidades autoritárias desta ou daquela liderança política. Cabe-lhe definir, com máxima rapidez, o perfil da democracia que se quer pôr em prática no país.

Não tem cumprido esta tarefa. Dissolve-se em invenções corporativistas, determina providências capazes de paralisar por completo o sistema produtivo, administra privilégios e concessões sem nenhuma base na vida social concreta. Os trabalhos se desenvolvem com extrema morosidade, travados em detalhes que de forma alguma deveriam constar de um texto constitucional. Absurdos sucedem-se a absurdos.

Está exclusivamente nas mãos do Congresso constituinte a tarefa de reverter essa situação. É sua a responsabilidade de escrever uma Constituição democrática e moderna. Seu primeiro, seu básico dever é o de repudiar qualquer pretensão de tutela sobre suas atividades. Para cumpri-lo, não basta afastar o espírito de subserviência e de fisiologismo. É necessário mostrar-se em sintonia com as possibilidades do país, com as tendências majoritárias da sociedade, com as expectativas generalizadas de uma rápida e consensual institucionalização da democracia.

Não só as ameaças externas, os ultimatos velados, as articulações extremistas, as alquimias governamentais, os sofismas jurídicos pretendem atingir os poderes do Congresso constituinte; sua própria inépcia, seu despreparo, a megalomania e a irresponsabilidade de suas decisões estão a contribuir, celeremente, para um desfecho desastroso.

No entanto, o processo ainda está em curso. A opinião pública já se manifestou a propósito de decisões da Comissão de Sistematização que podem dar à sociedade brasileira o perfil de uma imensa e estática burocracia. Cabe aos parlamentares, eleitos para entregar ao país um conjunto sintético e eficiente de regras, trocar a angulação estreita que tem direcionado os trabalhos do Congresso por um horizonte maior. O país espera que a democracia venha a ser consolidada por uma Constituição capaz de regular e impulsionar, sem travas casuísticas, uma dinâmica social de vocação moderna. Ainda há tempo para evitar o desastre maior.